

TERRITÓRIOS CARIOCAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: ENTRE A CASA E RUA, ESPAÇOS DE PODER E ESFERAS DE AÇÃO

Joice de Souza Soares¹

Thais Lourenço Assumpção²

105

Resumo. A pandemia provocada pelo Novo Coronavírus (Sars-Cov-2) impôs uma série de transformações no que tange às relações econômicas, políticas e sociais ao redor do globo. No Brasil, a partir de março de 2020, as orientações das diferentes esferas de governo, ainda que muitas vezes marcadas por certo descompasso, sinalizaram para medidas de distanciamento e/ou isolamento social. Especificamente no município do Rio de Janeiro, objeto de análise neste estudo, o cumprimento dessas diretrizes se dera de forma distinta nos territórios. Neste artigo, busca-se compreender em que medida as dinâmicas territoriais de contaminação e morte pela Covid-19 no município carioca auxiliam na compreensão de aspectos sociais de diferenciação e desigualdade na cidade. Para tanto, foram analisados os dados disponíveis no Data Rio relacionados aos três primeiros meses da pandemia (março a maio de 2020) e sua relação com aspectos socioeconômicos a partir das informações do último Censo Demográfico, de 2010. Evidenciaram-se, nesse sentido, o quanto as implicações da Covid-19 se deram, desde o início, de forma deveras díspares no município do Rio de Janeiro, em profunda relação com as inúmeras desigualdades que assolam sua população.

Palavras-chave: Territórios; Rio de Janeiro; Covid-19; Casa; Rua.

TERRITORIES OF RIO DE JANEIRO IN PANDEMIC TIMES: BETWEEN THE HOUSE AND STREET, SPACES OF POWER AND ACTION SPHERES

Abstract. The pandemic caused by the New Coronavirus (Sars-Cov-2) has imposed a series of changes about to economic, political and social relations around the globe. In Brazil, as of March 2020, the guidelines of the different spheres of government, although often marked by a certain mismatch, signaled measures for distancing and / or social

¹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, E-mail: joiceesoares@hotmail.com

² Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE. Email - thaisla94@gmail.com, ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1659-0845>

isolation. Specifically, in the municipality of Rio de Janeiro, object of analysis in this study, compliance with these guidelines had taken place differently in the territories. In this article, we seek to understand the extent to which the territorial dynamics of contamination and death by Covid-19 in the city of Rio de Janeiro help to understand social aspects of differentiation and inequality in the city. For this, the data available in Data Rio related to the first three months of the pandemic (March to May 2020) and its relationship with socioeconomic aspects were analyzed, based on information from the last Demographic Census of 2010. It was demonstrated that the implications of Covid -19 occurred, from the beginning, in a very different way in the city of Rio de Janeiro, deeply related to the countless inequalities that plague its population.

Keywords: Territories; Rio de Janeiro; Covid-19; House; Street.

TERRITORIOS DE RIO DE JANEIRO EN TIEMPOS DE PANDEMIA: ENTRE LA CASA Y LA CALLE, ESPACIOS DE PODER Y ESFERAS DE ACCIÓN

Resumen. La pandemia provocada por el Nuevo Coronavirus (Sars-Cov-2) ha impuesto una serie de cambios en las relaciones económicas, políticas y sociales en todo el mundo. En Brasil, a marzo de 2020, los lineamientos de las diferentes esferas de gobierno, aunque a menudo marcados por un cierto desajuste, señalaron medidas de distanciamiento y / o aislamiento social. Específicamente, en el municipio de Río de Janeiro, objeto de análisis en este estudio, el cumplimiento de estos lineamientos se había dado de manera diferente en los territorios. En este artículo buscamos comprender en qué medida la dinámica territorial de contaminación y muerte por Covid-19 en la ciudad de Río de Janeiro ayuda a comprender los aspectos sociales de diferenciación y desigualdad en la ciudad. Para eso, se analizaron los datos disponibles en Data Rio relacionados con los primeros tres meses de la pandemia (marzo a mayo de 2020) y su relación con aspectos socioeconómicos a partir de informaciones del último Censo Demográfico de 2010. Se ha evidenciado que las implicaciones de Covid -19 se han producido, desde el principio, de manera muy diferente en la ciudad de Río de Janeiro, en profunda relación con las innumerables desigualdades que azotan a su población.

Palabras clave: Territorios; Rio de Janeiro; COVID-19; Casa; Calle.

Introdução: limites e intersecções entre a casa e a rua³

³ Agradecemos a leitura atenta e os comentários de Letícia de Carvalho Giannella, que se dispôs a fazer as primeiras sugestões a este artigo quando o texto ainda se apresentava de forma bastante rudimentar, mais como elucubrações do que como pensamento estruturado e minimamente coerente.

*Soares & Assumpção, territórios cariocas em tempos de
pandemia: entre a casa e rua, espaços de poder e esferas de ação*

DOI. <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i19.30>

[...] se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define nossa ideia de “amor”, “carinho” e “calor humano”, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. Terra que pertence “ao governo” ou ao “povo” e que está sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso. (DAMATTA, 1997, p. 52-53)

[...] A rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. (LEFEVBRE, 1999, p. 30)

O momento atual, em que o mundo experimenta os desdobramentos da pandemia do Novo Coronavírus (Sars-Cov-2), é marcado por inúmeras transformações no tocante às relações econômicas, sociais e políticas. Enquanto as orientações das autoridades (governos federal, estadual e municipal), ainda que muitas vezes dúbias e sem sintonia, sinalizassem para medidas de distanciamento e/ou isolamento social, como medida preventiva indispensável à redução do contágio pela Covid-19, a efetivação dessas recomendações se dera de forma díspar nos diferentes territórios do país. No município do Rio de Janeiro, não fora diferente.

Para compreender melhor a dinâmica de contaminação e letalidade ocasionada pela doença na cidade ainda nos primeiros meses da pandemia, pode-se de início estabelecer a seguinte questão: em que medida casa e rua são elementos significativos para compreensão do que ocorrera? Partindo-se da premissa de que esses dois elementos podem ser considerados “categorias sociológicas” para os brasileiros, conforme palavras de Roberto DaMatta (1997, p. 14), é preciso considerar o fato de que, nas relações estabelecidas nesta sociedade, tais epítetos designam mais que “espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis”. Sob tal perspectiva, casa e rua representam, acima de tudo, “esferas sociais de ação”.

Estabelece-se, assim, o espaço da casa como aquele do conforto, das relações amigáveis, da segurança grupal; e o da rua como aquele do desalento, da individualidade vista como negativa, do desamparo. Não obstante, a casa e a rua não são apenas isso.

Ambas são espaços para manifestação dos fazeres – e das presenças – cotidianos, aqueles que podem fornecer substratos para melhor compreensão da realidade.

Em tempos de pandemia, quando as orientações e determinações estatais interferiram nos espaços nos quais os indivíduos poderiam estar e atuar, o domínio da rua invadiu os limites da casa. Não obstante, mesmo quando a esfera de ação deveria se circunscrever ao domínio da casa para quase toda a população, o espaço da rua continuou orientando a vivência de inúmeros indivíduos que, por distintas razões, não puderam manter distanciamento e/ou isolamento social. Cabe analisar, então, em que medida as dinâmicas territoriais de contaminação e morte pela doença no Rio de Janeiro ajudam a compreender aspectos sociais de diferenciação e desigualdade na cidade.

Distanciamento e isolamento social: embates e entraves

As medidas de distanciamento social começaram a ser adotadas na cidade do Rio de Janeiro em março. Naquele mês, no dia 13, um decreto do governo estadual⁴ iniciava as medidas de enfrentamento e prevenção à disseminação do novo coronavírus. Aulas em todos os níveis de ensino, atividades coletivas, realização de eventos, dentre outras ações, foram suspensas a princípio por 15 dias.

Na semana seguinte, alinhando-se à determinação do governo estadual, a prefeitura do Rio de Janeiro promulgou dois decretos.⁵ No primeiro, declarou “situação de emergência” na cidade; no segundo, estabeleceu inúmeras medidas relacionadas à diminuição de aglomerações e prevenção ao contágio.

A quarentena para indivíduos com sintomas leves, ainda que sem a realização de testes; a suspensão e/ou o cancelamento de eventos; a proibição de reuniões em bares e

⁴ Decreto Nº 46.970, de 13 de março de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (Covid-19), do regime de trabalho de servidor público e contratado, e dá outras providências. Disponível em: <<https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTAyMTk%2C>>. Acesso em: 12 Jul. 2020.

⁵ Decretos Nº 47.263 e Nº 47.264, de 17 de março de 2020. Disponível em: <<https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTA0Njg%2C>>. Acesso em: 12 Jul. 2020.

restaurantes; o fechamento de espaços comunitários e de instituições de ensino; a orientação para impedimento de aglomerações espontâneas pela Guarda Municipal; e a redução das conexões e dos horários de operações dos transportes estavam entre as primeiras medidas.

Uma das ações mais polêmicas e impactantes do ponto de vista econômico viera ainda em março, com a determinação para o fechamento do comércio na cidade, ressalvadas algumas exceções. Apenas mercados, padarias, farmácias, pet shops, bares e restaurantes com serviço de entrega em domicílio, postos de gasolina e lojas de equipamentos médicos, por exemplo, poderiam funcionar. No mês seguinte, o uso de máscaras nos espaços públicos se tornou obrigatório. E a recomendação padrão da prefeitura era: “fiquem em casa”.

Enquanto a pandemia avançava no Brasil, os diferentes entes federativos digladiavam-se em torno das competências vinculadas a cada um. O governo federal, pela figura do presidente Jair Messias Bolsonaro, seguia rumo à catástrofe – que infelizmente se confirmou nos meses seguintes: indicava sua preferência pela adoção de isolamento vertical, apenas para indivíduos integrantes dos grupos de risco, e colocava-se contrariamente ao fechamento do comércio no país. O argumento era o de que a economia brasileira não sobreviveria a um fechamento mais abrangente.

Na direção oposta, o então ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta se pronunciava favoravelmente a um isolamento social bem mais restritivo. E governos estaduais e municipais tomavam medidas cada vez mais duras nessa direção. No estado e, especificamente, no município do Rio de Janeiro este fora o caminho adotado.

Para além dos detalhes acerca das disputas entre as esferas de poder do país em meio à pandemia, cumpre mencionar a demissão de Mandetta, em 16 de abril de 2020.⁶ Um

⁶ O escolhido para suceder a Luiz Henrique Mandetta no Ministério da Saúde fora Nelson Teich. O novo ministro teve breve participação no governo, solicitando sua demissão em 15 de maio daquele ano. O comando passara, então, às mãos do militar da ativa, coronel Eduardo Pazuello, primeiro de forma interina; a nomeação para ocupar efetivamente o cargo de ministro viera apenas em setembro. Mas, em meio à crise sanitária mais grave que o país já enfrentara, a dança das cadeiras no Ministério não parou.

Soares & Assumpção, territórios cariocas em tempos de pandemia: entre a casa e rua, espaços de poder e esferas de ação

DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i19.30>

dia depois, aliás, de o plenário do Supremo Tribunal Federal acatar a liminar antes concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello, agora aposentado, em que se reconhecia a competência concorrente de estados e municípios para determinarem ações relacionadas à saúde pública.⁷ Na prática, a decisão garantiu a autonomia de governadores e prefeitos para tratarem das ações de enfrentamento à pandemia em seus estados e municípios. Uma resposta clara à inação do governo federal na coordenação nacional do enfrentamento à pandemia.

Na cidade do Rio de Janeiro, não houve o bloqueio total, aquele que ficara conhecido nesses tempos como *lockdown*. Mas as medidas adotadas pela prefeitura tiveram grande impacto na vida de boa parte dos habitantes da cidade.⁸

Durante os meses de março, abril e maio, a maior parte das atividades não consideradas essenciais fora restringida. A circulação nos diversos espaços públicos do Rio fora limitada. Um enorme número de trabalhadores formais ou ficara impossibilitado de trabalhar pelas determinações oficiais, ou perdera de fato o emprego. Isso sem mencionar o contingente de trabalhadores informais, como ambulantes, diaristas e profissionais de beleza, por exemplo, que não puderam desempenhar suas atividades de forma habitual.

No início de abril de 2020, o Congresso Nacional aprovara, após um amplo embate com o Executivo federal, o auxílio emergencial de R\$600,00 para os trabalhadores que se enquadrassem nos requisitos de vulnerabilidade social estabelecidos pela lei nº 13.892/2020. O benefício seria concedido, *a priori*, por três meses (maio, junho e julho),

Após inúmeras críticas sobre a condução das políticas de saúde, o militar foi exonerado em março de 2021. Para seu lugar, fora nomeado o médico Marcelo Queiroga, atual ocupante da pasta.

⁷ “STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19”. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447>>. Acesso em: 12 Jul. 2020.

⁸ A bem da verdade, não só dos habitantes. Considerando a importância da cidade do Rio de Janeiro e sua relação com as demais cidades da Região Metropolitana, é possível inferir que as medidas adotadas na cidade impactaram a vida de inúmeras pessoas que não vivem no Rio, mas estão ligadas à cidade por outros aspectos como trabalho, estudo e serviços.

Soares & Assumpção, territórios cariocas em tempos de
pandemia: entre a casa e rua, espaços de poder e esferas de ação

DOI. <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i19.30>

podendo chegar até a R\$ 1.200,00 nos casos de mulheres provedoras de família monoparental.

Não obstante, os efeitos da pandemia se fizeram - e ainda se fazem - presentes por mais tempo que o imaginado inicialmente. Após amplos debates entre o Legislativo e o Ministério da Economia, houve prorrogação do auxílio até dezembro, mas com redução do valor – das quatro parcelas possíveis, cada uma poderia ser de R\$ 300,00 ou de R\$ 600,00. E, já em 2021, houve nova rodada de pagamentos, por sete meses, em que as possibilidades variavam entre R\$ 150,00 e R\$ 375,00. Entretanto, o número de brasileiros e brasileiras desempregados e desalentados se mantém alto⁹ e, para boa parte da população, o auxílio, quando recebido, ainda não é o suficiente para garantir o sustento de suas famílias.¹⁰

Do decreto do dia 17 de março até o fim de maio de 2020, as medidas adotadas pela prefeitura foram reeditadas algumas vezes, considerando que em geral o prazo de validade das decisões do Executivo municipal durava por 15 dias. Isso porque, a partir do monitoramento do número de casos, do número de pacientes nas filas aguardando leitos nos hospitais municipais (de enfermaria e de unidade de terapia intensiva) e do número de óbitos, os órgãos responsáveis por acompanhar e decidir sobre o enfrentamento à pandemia no Rio de Janeiro deliberavam sobre a possibilidade de endurecimento ou de afrouxamento das medidas.

⁹ No final de agosto de 2021, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE, em relação ao segundo trimestre deste ano estimou 14,4 milhões de desocupados – 14,1% da população. Já o número de desalentados chegou a 5,6 milhões de brasileiros. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_2tri.pdf> Acesso em: 05 out. 2021.

¹⁰ Notícias sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras para obter o auxílio emergencial e manterem mínimas condições de vida permearam os jornais ao longo do último ano. Estudos recentes vêm demonstrando que o auxílio emergencial não é suficiente para atender às necessidades da população em condições de vulnerabilidade social. Por exemplo, pode-se citar: “The COVID-19 pandemic, emergency aid and social work in Brazil”, publicado em março de 2021, de Maria Lúcia T. Garcia et al., parceria da Universidade Federal do Espírito Santo com a Universidade de Keele, da Inglaterra.

No início de junho daquele ano, o município do Rio de Janeiro iniciou a reabertura, com um programa que previa seis fases, indo de atividades com mais restrições até a reabertura completa. Segundo o prefeito Marcelo Crivella, a pandemia havia sido dominada na cidade no final do mês de maio.¹¹ Na mesma linha, também no início de junho, o governo estadual anunciava a reabertura.¹²

Entre os especialistas, no entanto, ainda havia muita preocupação. Em um relatório enviado ao Ministério Público do estado, pesquisadores da Fiocruz demonstravam receio com a flexibilização do isolamento em um cenário de incertezas e ainda com tendência de alta no número de casos tanto na capital quanto em outros municípios.¹³

Considerando as decisões de âmbito municipal anteriormente mencionadas, optou-se neste artigo por analisar a ocorrência de casos da Covid-19 entre os meses de março, abril e maio de 2020, bem como os resultados (óbitos ou recuperações) na cidade do Rio de Janeiro. Objetiva-se, nesse sentido, identificar e analisar como fora a dinâmica territorial da doença no período em que as medidas de distanciamento e isolamento social estavam majoritariamente em vigor.¹⁴

Importa, nesse sentido, evidenciar como se dera a ocorrência dos casos nos diferentes bairros da cidade, os números de óbitos e recuperações, assim como as taxas de letalidade. Ganha relevo, então, a importância de compreender de que forma a Covid-

¹¹ “‘Dominamos a pandemia’, diz Crivella; mas volta à normalidade pode levar dois meses”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/dominamos-pandemia-diz-crivella-mas-volta-normalidade-pode-levar-dois-meses-24445516>>. Acesso em: 12 Jul. 2020.

O plano completo de reabertura pode ser encontrado em: <https://riocontraocorona.rio/?jet_download=24411>. Acesso em: 12 Jul. 2020.

¹² “Witzel flexibiliza isolamento e autoriza reabertura de comércio no Rio...”. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/06/witzel-flexibiliza-isolamento-e-autoriza-reabertura-de-comercio-no-rio.htm>>. Acesso em: 12 Jul. 2020.

¹³ “Em relatório para o MP, Fiocruz recomenda manutenção do isolamento social no RJ”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/02/em-relatorio-para-o-mp-fiocruz-recomenda-manter-isolamento-social-no-rj.ghtml>>. Acesso em: 12 Jul. 2020.

A nota técnica completa pode ser encontrada em: <https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u91/nota_tecnica_sobre_criterios_e_medidas_de_distanciamento_social_covid-19_28_05_2020.pdf>. Acesso em: 12 Jul. 2020.

¹⁴ Decidiu-se por analisar os dados disponíveis a partir do início do mês de março (a primeira ocorrência data do dia 4 daquele mês).

19 se relacionou com aspectos econômicos e sociais das populações que habitam os diferentes territórios da cidade.

Premissas conceituais: mas do que se está falando, afinal?

Antes de prosseguir nas análises, é preciso balizar, ainda que sucintamente, os conceitos utilizados neste trabalho. No limite, evidenciar o que está em jogo quando se concebe espaço e território nestas linhas. Se os espaços da casa e da rua, conforme DaMatta (1997), podem ser compreendidos para além do substrato material, como esferas de ação dos indivíduos, isso não significa eliminar a dimensão concreta nas abordagens. Tais perspectivas, de fato, estão intrinsecamente interligadas.

Ao pensar o espaço no contexto urbano, Lefebvre propõe duas tríades (ALVES, 2019) que podem, neste artigo, ser observadas a partir da relação entre a Covid-19 e a cidade do Rio de Janeiro. A primeira delas é a tríade homogeneidade/fragmentação/hierarquização, que tem como premissa básica a indissociabilidade entre esses aspectos, indicando uma articulação contínua para a constante produção do espaço.

A homogeneidade estaria explícita, assim, nos formatos muito semelhantes que diferentes metrópoles – no caso do Rio de Janeiro, especificamente, capital metropolitana – assumem, apresentando modelos de controle socioespaciais a partir de elementos sociais/materiais presentes em todas elas, dando uma ideia de conformidade e ausência de conflitos. Esse ponto pode ser observado, em relação ao objeto deste artigo, quando se percebe a noção de uma cidade uniforme, por parte do poder público, no tocante à elaboração do plano de controle da doença.

Contudo, tal noção não corresponde à realidade da cidade – há diferentes cidades dentro da cidade, a bem da verdade (SIMAS, 2019). Os distintos elementos são fragmentos do espaço que se articulam e dialogam, passando diferentes ideias e concepções sobre o espaço urbano, trazendo a fragmentação à tona – o que será

possível perceber ao considerar as disparidades nos dados em relação à ocorrência e letalidade da Covid-19 no município do Rio durante o período analisado.

A partir da concomitante e contraditória homogeneização e fragmentação dos centros urbanos, há a hierarquização, que dialoga com os poderes hegemônicos ao colocar tais espaços em ordem verticalizada, apesar de suas semelhanças ou diferenças. A hierarquização também dialoga diretamente com as relações de poder, questão sempre em voga quando se trata de territórios – conceito fundamental para a análise proposta neste artigo.

Ainda em relação às tríades de Lefebvre, mesmo não se tratando diretamente do conceito de território, suas análises estiveram sempre voltadas para as dimensões da luta política e, assim, se tornam importante para o que se aborda aqui. A tríade do espaço concebido/vivido/percebido apresenta o espaço concebido como aquele das forças de poder hegemônicas e, em geral, institucionalizadas pelo Estado, com o intuito de parecer neutro e homogêneo; o vivido como aquele que tem a potência para subverter o concebido, a partir das práticas da população (principalmente dos grupos subalternizados); e o percebido como a síntese dos dois outros, que traduz a materialização desse amálgama, podendo ser visualizado a partir da vida cotidiana e da prática social-espacial.

Daí que espaço e território, então, não são conceitos excludentes ou antagônicos. Desde as contribuições de Milton Santos (2000), aliás, o espaço passou a ser compreendido também por meio do conceito de território usado. Nesse sentido, ele é ao mesmo tempo resultado tanto do processo histórico e base – substrato, material e social – de novas ações humanas.

Sob tal perspectiva, o território usado¹⁵ não se restringe por suas dimensões físicas; ele é condição e ao mesmo tempo produto do trabalho humano; sua formação se dá a partir

¹⁵ Conforme Santos (2000), o espaço geográfico seria o objeto da Geografia, a ser analisado por meio do conceito de território usado. Este seria, então, o resultado das ações dos atores hegemônicos e dos rebatimentos a essas ações. Ou seja, o território usado é construído a partir de uma relação de reciprocidade entre as ações dos diferentes sujeitos, marcada por tensões e conflitos. Para agentes

*Soares & Assumpção, territórios cariocas em tempos de
pandemia: entre a casa e rua, espaços de poder e esferas de ação*

DOI. <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i19.30>

do constante intercâmbio entre o que já foi construído (trabalho morto) e o que está sendo construído (trabalho vivo). Ele é uma mistura, uma combinação entre uma dimensão métrica e uma dimensão social.

Conforme Haesbaert (2010), espaço e território não podem ser entendidos em separado, uma vez que sem espaço não há território. O espaço se vincularia a uma problemática mais ampla, como uma das dimensões fundamentais da sociedade; enquanto o território assume uma concepção política na espacialidade das relações de poder.

Incorporando as ideias de Milton Santos, que traz o amálgama das formas-conteúdo para o debate sobre território, Cataia (2011) chega à noção de que o espaço é, junto das dimensões política, cultural e econômica, condição de realização qualificada da história. A definição de território deve, segundo o autor, considerar interdependência e inseparabilidade entre as materialidades e suas interseções com trabalho e política. Deve-se considerar o território como político-estatal, econômico, cultural, banal e usado. Assim, de diferentes maneiras, o território é um objeto híbrido, múltiplo e que pode ser considerado de resistência - para além das formas de dominação que as concepções de Estado e poder (político-econômico hegemônico) trazem.

Em busca de compreender, ainda, as lutas socioespaciais que sobressaltam aos olhos no Rio de Janeiro, é preciso visitar o conceito de territorialidade. De acordo com Haesbaert (2010), não existe território completamente simbólico, nem território completamente funcional. Destarte, o autor propõe um *continuum* no conceito de território, utilizando uma visão ampla de territorialidade, que não está necessariamente ligada a uma territorialização manifestada concretamente em um espaço.

hegemônicos, como o Estado e as empresas, o território usado se constitui como abrigo, pois operam a fim de que a dinâmica territorial garanta seus interesses. O espaço banal, por sua vez, apresenta-se como aquele que deveria ser, de fato, o território usado – de todos e todas, indivíduos e instituições. As disputas, então, se dão no interior do território usado, entre agentes que o querem como recurso e aqueles que o objetam com espaço banal.

Soares & Assumpção, territórios cariocas em tempos de
pandemia: entre a casa e rua, espaços de poder e esferas de ação

DOI. <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i19.30>

A territorialização conjuga processos concreto-funcionais e simbólico-identitários, porém na sociedade capitalista percebe-se que uma lógica mais material-funcional predomina. Contudo, todo controle da dinâmica social pelo controle do espaço passa obrigatoriamente pela apropriação simbólica, que tem diferentes sentidos/significações de acordo com diferentes grupos que exercem esse controle.

Nesse contexto, e em toda discussão sobre território, é preciso atentar para as dinâmicas de poder existentes. Lefebvre – quando traz o cotidiano e o vivido para dentro das análises territoriais –, assim como Haesbaert e Cataia – quando falam de política e poder – dialogam com o pensamento foucaultiano.

O poder está, então, no âmbito das relações. E é a partir das relações estabelecidas pelo poder, em geral assimétricas, que vêm os verbos que conectamos a essa ideia: alienar, obedecer, legitimar, resistir. Ao priorizar neste artigo o conceito de território, opta-se, então, por evidenciar a dimensão política das questões relacionadas ao objeto de estudo.

Ademais, se casa e rua se colocam como polos opostos na dinâmica espacial, para que possamos analisar ambos os espaços no contexto da pandemia, é preciso ainda retomar a ideia de territorialidade à luz de Sack (2011). De acordo com o autor, a territorialidade é uma estratégia geográfica para exercer poder sobre as pessoas e coisas por meio da área, expressando-se também em contextos sociais desde a família até organizações maiores e mais complexas.

Assim, exercer controle sobre uma área, em relação a outros sujeitos, é exercer territorialidade. Um mesmo espaço pode ser, portanto, território ou não, dependendo das aplicações do poder. Além disso, a territorialidade pode ser reduzida a um recorte temporal específico. Certos territórios podem, ainda, se manifestar dentro de outros territórios, o que faz a territorialidade ser utilizada como maneira de manejar as interações espaciais a partir do controle de um território, que depende também da ação e da resposta do outro ao qual esse poder está sendo imposto.

Considerando os dados acerca da dinâmica territorial da Covid-19 na cidade do Rio, importa refletir sobre os seguintes aspectos: quais foram as territorialidades impostas pela doença? O que se mostra, então, nas mudanças de territorialidades na relação casa-rua durante a pandemia? A quem é segura a casa? A quem a casa se mantém como ameaça? A quem é inacessível a casa? Quem frequenta as ruas? Quem evita as ruas?

Sack (2011) traz ainda algumas considerações que podem auxiliar nessas questões. Diante do autor, uma área pode ser pelo poder público caracterizada como uma região que vai responder a um determinado estímulo, e só se torna território quando as relações de poder e controle de acesso são ali estabelecidas; ou seja, quando se exerce a territorialidade. Para o autor, a territorialidade é uma estratégia para estabelecer diferentes níveis de acesso a pessoas, coisas e relações, e que, para exercer esse poder, existem alternativas de controle territoriais (físicas) e não territoriais (comportamentais) - que não são necessariamente fixas ou inalteradas.

Neste artigo, buscar-se-á lançar luz sobre as relações de poder que, de alguma forma, contribuíram para a desigual manifestação de casos da Covid-19 – e das mortes decorrentes da contaminação – na cidade do Rio de Janeiro durante os meses em análise, considerando-a de forma não homogênea, mas formada por e a partir de diferentes territórios.

Ocorrência e letalidade: desigualdades territoriais

Entre 4 de março e 31 de maio de 2020, a cidade do Rio de Janeiro contabilizou, segundo dados disponíveis no Data Rio, 35.179 casos confirmados de Covid-19. Os dados individualizados fornecem informações dos doentes relacionadas à data de notificação, à data de início dos sintomas, ao bairro de residência/estadia, à área de planejamento que corresponde à residência, ao sexo, à faixa etária, à evolução da doença (óbito, recuperação ou ativo), à raça/cor e à data de atualização das informações.

Para fins deste artigo, optou-se por analisar apenas os dados relacionados à evolução dos casos confirmados por bairros da cidade. A princípio, objetivava-se trabalhar com os dados relacionados também à cor/raça. No entanto, havia grande número de dados em que a cor/raça constava como “ignorado”.¹⁶ Nesse sentido, considerando a possibilidade de que os resultados não correspondessem à realidade dos eventos, decidiu-se por não os analisar.

Ressalta-se também que, entre os 35.179 casos confirmados, havia 2.941 em que o bairro de residência/estadia constava como indefinido; e outros 569 em que a informação fazia menção à residência/estadia fora do município. Tais casos não serão objeto de análise nas linhas a seguir.

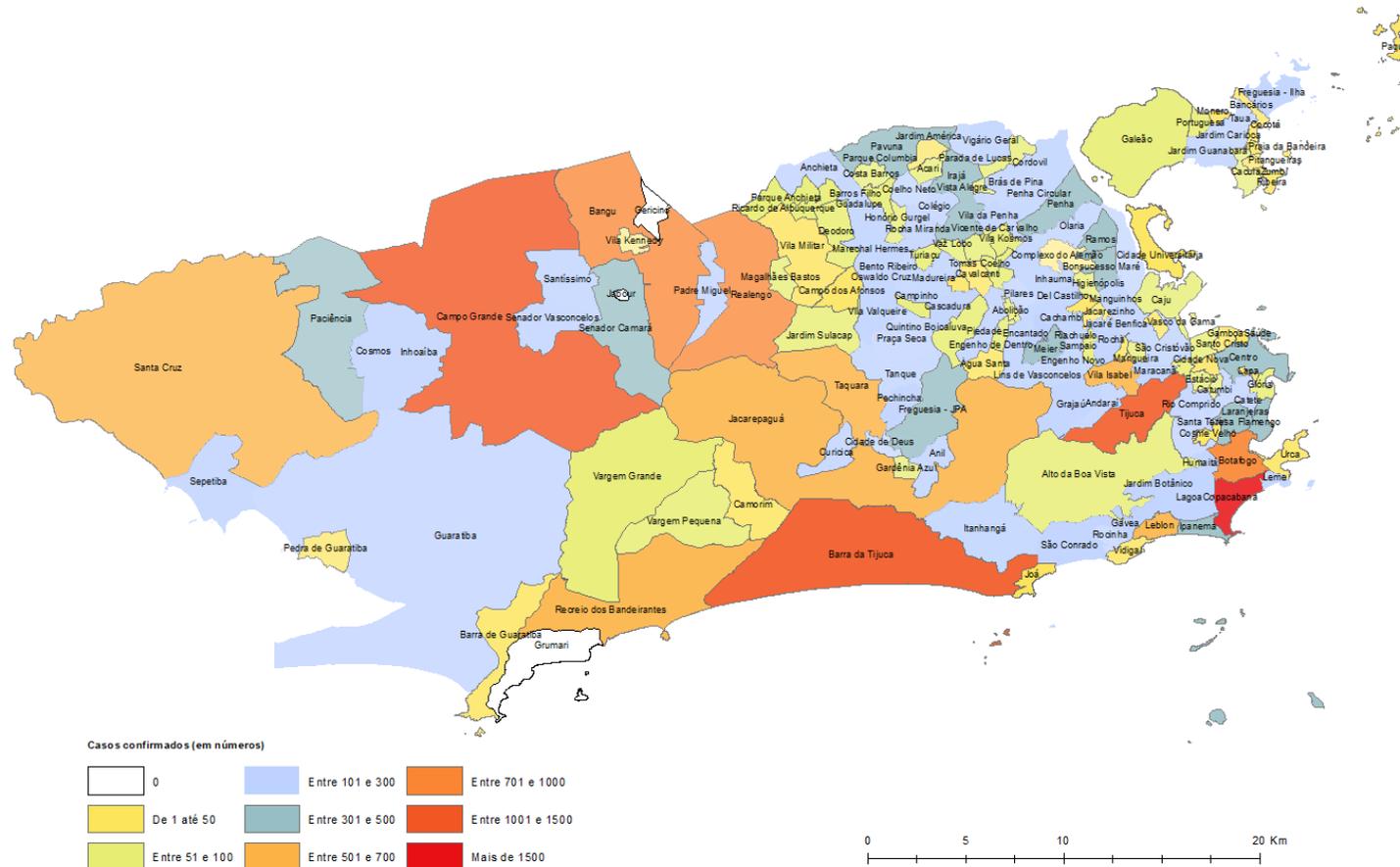
Assim, foram 31.669 casos confirmados em que os doentes residiam na cidade do Rio de Janeiro. Destes, 5.261 morreram; 26.334 se recuperaram e 74 permaneciam ativos até 31 de maio. Dessa forma, no município do Rio, entre março e maio, a taxa de letalidade (óbitos por casos confirmados) foi de aproximadamente 16,6%.¹⁷

Mas essa é uma consideração ampla, que não corresponde diretamente à realidade experienciada nos diferentes territórios da cidade. Em alguns deles, os números de casos foram muito maiores em relação a outros. Por sua vez, houve bairros em que, mesmo com menos casos confirmados, a taxa de letalidade foi muito superior. No mapa 1, pode-se vislumbrar como fora a ocorrência de casos nos bairros do Rio de Janeiro. E no mapa 2 são apresentadas as taxas de letalidade.

¹⁶ Dos 35.179 casos confirmados, 15.616 traziam a informação “ignorado” no tocante à cor/raça. Ou seja, cerca de 44,4% dos casos.

¹⁷ No estado do Rio de Janeiro, de forma mais ampla, o cenário também não era animador. Durante o mês de maio, o estado possuiu a maior taxa de letalidade quando comparado a outras unidades da federação. Em junho, o panorama se repetiu. Nos meios de comunicação, o fato fora amplamente divulgado: “Taxa de letalidade por Covid do RJ é mais alta do Brasil, diz estudo”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/07/taxa-de-letalidade-do-rj-e-mais-alta-do-brasil-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 14. Jul. 2020. E “RJ tem a maior taxa de letalidade da Covid-19 no país, diz estudo”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/30/rj-tem-a-maior-taxa-de-letalidade-da-covid-19-no-pais-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em: 14 Jul. 2020.

Mapa 1 – Casos confirmados, distribuídos pelos bairros da cidade do Rio de Janeiro, entre março e maio de 2020

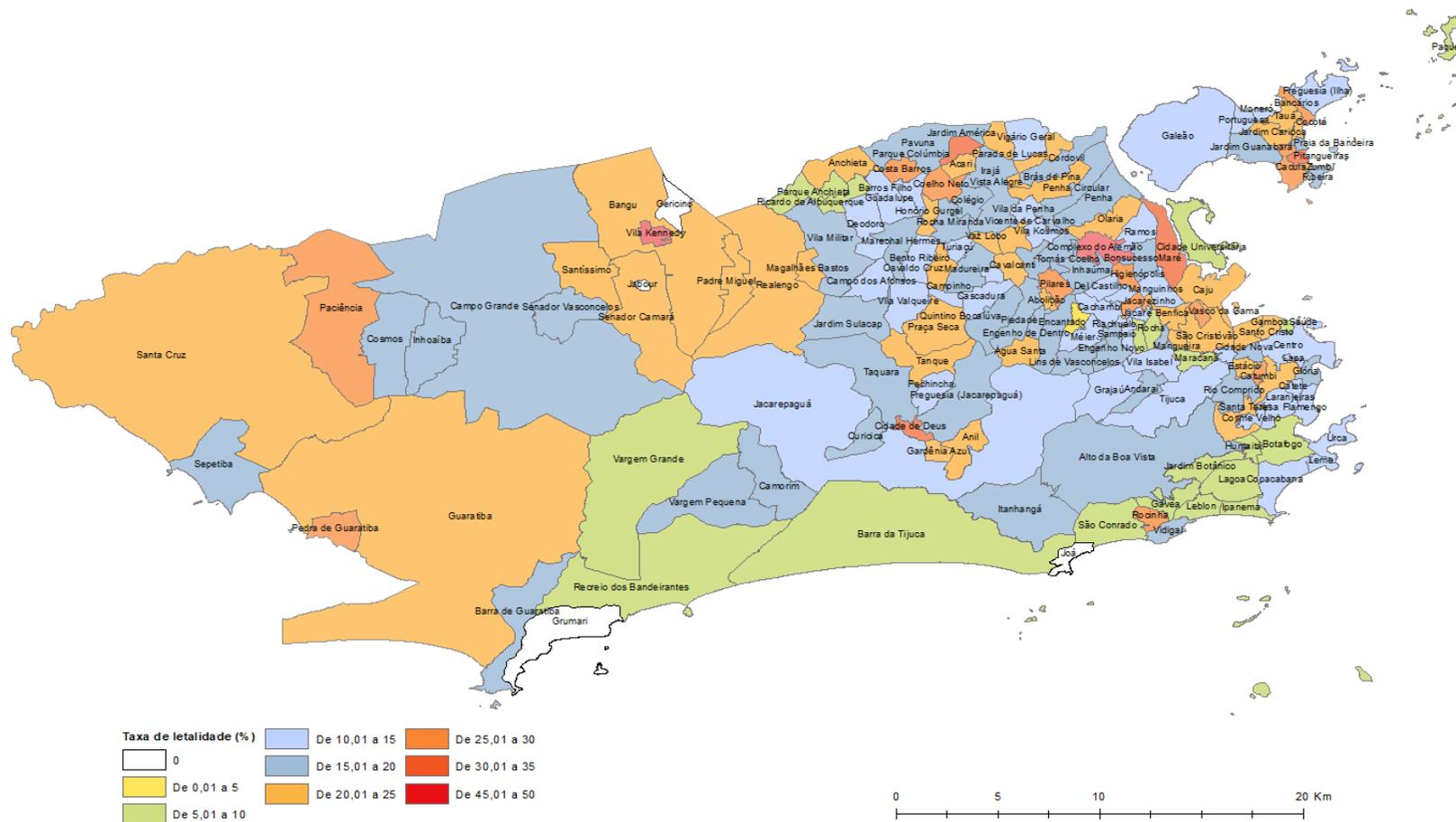


Fonte: Data Rio, Dados individuais dos casos confirmados de COVID-19 no município do Rio de Janeiro.

Soares & Assumpção, territórios cariocas em tempos de pandemia: entre a casa e rua, espaços de poder e esferas de ação

DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i19.30>

Mapa 2 – Letalidade por Covid-19 nos bairros da cidade do Rio de Janeiro entre março e maio de 2020



Fonte: Data Rio, Dados individuais dos casos confirmados de COVID-19 no município do Rio de Janeiro.

SOARES; ASSUMPTÃO, Territórios cariocas em tempos de pandemia: entre a casa e rua, espaços de poder e esferas de ação
Doi: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i19.301>

De forma geral, pode-se estabelecer que a maioria dos bairros da cidade obteve entre 101 e 500 casos confirmados (áreas em tons de azul no mapa 1, com 79 bairros). Todavia, torna-se interessante observar a não correspondência entre os mapas 1 e 2. Isso porque os bairros nos quais houve maior número de casos confirmados – acima de 500 – (áreas em tons de laranja a vermelho no mapa 1, com 14 bairros) não necessariamente apresentaram as maiores taxas de letalidade – de 20,01% a 50% – (áreas em tons de laranja a vermelho no mapa 2, com 56 bairros). Por seu turno, a maior parte dos bairros da cidade apresentou taxa de letalidade entre 10,01 e 20% (áreas em tons de azul do mapa 2, com 83 bairros).

Embora não caiba nos limites deste artigo uma análise pormenorizada de todos os bairros da cidade no tocante à dinâmica da Covid-19, alguns deles merecem análise mais detida. Em relação aos bairros que tiveram acima de 1.000 casos confirmados no período de análise, a variação entre as taxas de letalidade chama a atenção. Entre Tijuca e Copacabana, houve pouca diferença, posto que ambos os bairros ficaram na faixa dos 13%. Quando se compara, no entanto, Barra da Tijuca a Campo Grande, ambos bairros da Zona Oeste da cidade, mas com realidades socioeconômicas muito díspares, o cenário é outro. Em Campo Grande, a taxa de letalidade por Covid-19 foi mais que o dobro daquela apresentada na Barra da Tijuca.

Tabela 1 – Bairros do Rio de Janeiro com mais de 1.000 casos confirmados de Covid-19, entre março e maio de 2020

Bairro	Confirmados	Óbitos	Recuperados	Ativos	Taxa de letalidade (%)
Copacabana	1511	208	1297	6	13,77
Campo Grande	1397	273	1123	1	19,54
Barra da Tijuca	1303	119	1182	2	9,13
Tijuca	1235	162	1066	7	13,12

Fonte: Data Rio, Dados individuais dos casos confirmados de COVID-19 no município do Rio de Janeiro.

Soares & Assumpção, Territórios cariocas em tempos de pandemia: entre a casa e rua, espaços de poder e esferas de ação
Doi <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i19.301>

Ao atentar-se para os bairros da cidade que tiveram entre 501 e 1.000 casos confirmados, a diferença entre as taxas de letalidade também ganha destaque. Saltam aos olhos as altas taxas relacionadas aos bairros de Bangu, Realengo e Santa Cruz. Botafogo, Recreio dos Bandeirantes e Leblon destacam-se com as menores taxas do bloco, com letalidade abaixo dos 10%. Já Vila Isabel obteve um desempenho similar àquele da Tijuca (tabela 1), ambos bairros da Zona Norte da cidade. No grupo intermediário, tem-se Jacarepaguá e Taquara, com este último bairro apresentando taxa um pouco mais elevada, mas ainda assim distante dos mais de 20% apresentados por Bangu, Realengo e Santa Cruz.

Tabela 2 – Bairros do Rio de Janeiro que tiveram entre 501 e 1.000 casos confirmados de Covid-19, entre março e maio de 2020

Bairro	Confirmados	Óbitos	Recuperados	Ativos	Taxa de letalidade (%)
Bangu	998	234	763	1	23,45
Realengo	784	187	596	1	23,85
Botafogo	757	68	687	2	8,98
Santa Cruz	692	156	536	0	22,54
Recreio dos Bandeirantes	603	59	540	4	9,78
Leblon	565	56	506	3	9,91
Jacarepaguá	541	74	467	0	13,68
Taquara	527	89	438	0	16,89
Vila Isabel	513	72	440	1	14,04

Fonte: Data Rio, Dados individuais dos casos confirmados de COVID-19 no município do Rio de Janeiro.

Outro ponto interessante diz respeito aos bairros da cidade que apresentaram taxas de letalidade entre 25,01% e 50%. Ainda que em muitos deles os números de casos tenham sido relativamente poucos, ficando abaixo de 100 casos confirmados, o número de mortes, em relação ao número de casos, foi elevado.

Tabela 3 – Bairros que tiveram taxa de letalidade por Covid-19 entre 25,01% e 50%, entre março e maio de 2020

(continua)

123

Bairro	Confirmados	Óbitos	Recuperados	Ativos	Taxa de letalidade (%)
Complexo do Alemão	10	5	5	0	50,00
Vila Kennedy	25	12	13	0	48,00
Cidade de Deus	107	36	71	0	33,64
Pitangueiras	31	10	21	0	32,26
Parque Columbia	16	5	11	0	31,25
Maré	235	73	162	0	31,06
Pedra de Guaratiba	34	10	23	1	29,41
Cacuaia	58	17	41	0	29,31
Jacarezinho	28	8	20	0	28,57
Paciência	334	95	237	2	28,44

(conclusão)

Bairro	Confirmados	Óbitos	Recuperados	Ativos	Taxa de letalidade (%)
Costa Barros	93	26	67	0	27,96
Coelho Neto	156	43	112	1	27,56
Vasco da Gama	15	4	11	0	26,67
Bancários	49	13	36	0	26,53
Catumbi	91	24	67	0	26,37
Pilares	131	34	97	0	25,95
Rocinha	211	54	156	1	25,59

Higienópolis

75

19

56

0

25,33

Fonte: Data Rio, Dados individuais dos casos confirmados de COVID-19 no município do Rio de Janeiro.

Em Nota Técnica publicada em maio de 2020, pesquisadores do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da PUC-Rio, apresentaram algumas características relacionadas à taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil. Naquele momento, os dados em nível nacional utilizados foram até o dia 18 daquele mês, mas já davam indícios do que seria constatado *a posteriori*.¹ Por certo, não se pretende estabelecer uma correspondência direta entre os resultados obtidos na pesquisa e as considerações tecidas neste artigo. As escalas são muito distintas. Contudo, acredita-se que as respostas encontradas inicialmente em âmbito nacional² podem fornecer algumas pistas em relação ao Rio de Janeiro:

[...] As análises evidenciaram discrepâncias entre as características reportadas nas notificações de SRAG³ para a COVID-19 dos pacientes de raça branca para aqueles de raça preta e parda. Verificou-se que a proporção de óbitos em pacientes pretos e pardos foi maior do que a de brancos, mesmo por faixa etária, por nível de escolaridade, e em município de IDHM elevado. As chances de mortes de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) são 3,8 vezes maiores que um paciente branco com nível superior (19,6%), confirmando as enormes disparidades no acesso e qualidade do tratamento no Brasil (NOIS, 2020, p. 9).

¹ Diferentes pesquisas demonstraram recentemente que desigualdades raciais e sociais ficaram sobremaneira evidentes quando se tratou de mortes por Covid-19 no Brasil. Pode-se citar, nesse sentido, os estudos “Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil”, de Lauro Miranda Demenech et al. (2020); “Social inequalities and COVID-19 mortality in the city of São Paulo, Brazil”, de Karina Braga Ribeiro et al. (2021); “Examining socioeconomic factors to understand the hospital case-fatality rates of COVID-19 in the city of Sao Paulo, Brazil”, de Camila Lorez et al. (2021).

² Ainda em julho de 2020, tomando-se os dados disponíveis no Portal da Transparência sobre os óbitos ocorridos no país entre 16 de março e 30 de junho, constatou-se aumento de mortes entre pretos e pardos por doenças respiratórias superior àquele observado entre brancos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/13/mortes-de-pretos-e-pardos-tiveram-alta-de-31percent-na-pandemia-segundo-cartorios.ghtml>>. Acesso em 13 Jul. 2020.

³ Síndrome Respiratória Aguda Grave.

Ao tomarem-se os dados sobre as populações dos bairros do Rio de Janeiro, a partir do Censo Demográfico de 2010,⁴ pode-se tentar estabelecer algumas relações entre as desiguais taxas de letalidade da doença nos territórios cariocas. Considerando os bairros que tiveram mais de 1.000 casos confirmados no período analisado, naqueles em que a maioria da população residente era branca as taxas de letalidade foram menores.

Tabela 4 – População residente por cor/raça nos bairros que apresentaram mais de 1.000 casos confirmados de Covid-19, entre março e maio de 2020, a partir do Censo Demográfico de 2010

Bairro	Total	Branca	Preta	Parda	% branca	% preta	% parda
Barra da Tijuca	135924	119060	2852	13049	87,59	2,10	9,60
Copacabana	146392	117037	6196	22144	79,95	4,23	15,13
Tijuca	163805	122764	10994	28686	74,95	6,71	17,51
Campo Grande	328370	147323	38060	140461	44,86	11,59	42,78

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Em relação aos bairros que apresentaram entre 501 e 1.000 casos confirmados de Covid-19, Leblon, Botafogo e Recreio dos Bandeirantes, que se destacaram com taxas de letalidade abaixo de 10% (tabela 2), apresentavam também os menores números de habitantes negros e pardos em relação aos demais bairros da mesma categoria. Já Realengo, Bangu e Santa Cruz que apresentaram, respectivamente, taxas de letalidade de 23,45%, 23,85% e 22,54% (tabela 2), foram aqueles que apresentaram os maiores percentuais de população preta e parda no grupo de bairros em questão.

⁴ Apesar de os dados não serem recentes, o Censo Demográfico ainda é a única pesquisa oficial que retrata a realidade brasileira em escala intramunicipal. Assim, optou-se por trazer tais dados considerando a relevância da questão para a análise empreendida neste artigo.

Tabela 5 – População residente por cor/raça nos bairros que apresentaram entre 501 e 1.000 casos confirmados de Covid-19, entre março e maio de 2020, a partir do Censo Demográfico de 2010

(continua)

Bairro	Total	Branca	Preta	Parda	% branca	% preta	% parda
Leblon	46044	40098	1581	4134	87,09	3,43	8,98
Botafogo	82890	65669	3870	12515	79,22	4,67	15,10
(conclusão)							
Bairro	Total	Branca	Preta	Parda	% branca	% preta	% parda
Recreio dos Bandeirantes	82240	57890	4240	19368	70,39	5,16	23,55
Vila Isabel	86018	53787	7964	23593	62,53	9,26	27,43
Taquara	102126	55202	10801	35401	54,05	10,58	34,66
Jacarepaguá	157326	69990	15696	70333	44,49	9,98	44,71
Realengo	180123	75575	25186	78108	41,96	13,98	43,36
Bangu	243125	92904	36158	111740	38,21	14,87	45,96
Santa Cruz	217333	72127	32554	110202	33,19	14,98	50,71

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

No que tange aos bairros em que as taxas de letalidade passaram dos 25,01%, a distribuição da população por cor/raça segue o mesmo padrão. E naqueles territórios em que as populações preta e parda, somadas, eram maiores que a população branca, as taxas de letalidade por Covid-19 tenderam a ser mais altas (tabela 3), como na Cidade

de Deus (33,64%), em Costa Barros (27,96%), no Jacarezinho (28,57%), no Complexo do Alemão (50%), em Paciência (28,44%) e na Maré (31,06%).⁵

Tabela 6 – População residente por cor/raça nos bairros que apresentaram taxa de letalidade por Covid-19 a partir de 25,01%, entre março e maio de 2020, a partir do Censo Demográfico de 2010

(continua)

Bairro	Total	Branca	Preta	Parda	% branca	% preta	% parda
Higienópolis	15734	9591	1298	4709	60,96	8,25	29,93
Pedra de Guaratiba	9488	5385	679	3371	56,76	7,16	35,53
Cacuaia	11013	5911	926	4114	53,67	8,41	37,36
Vasco da Gama	15482	8226	1563	5533	53,13	10,10	35,74
Pitangueiras	11756	6127	1189	4301	52,12	10,11	36,59
Bancários	12512	6121	1217	5044	48,92	9,73	40,31
Pilares	27250	13069	3931	10043	47,96	14,43	36,86
Coelho Neto	32423	14178	4554	13539	43,73	14,05	41,76
Catumbi	12556	5179	2161	5062	41,25	17,21	40,32
Rocinha	69356	27416	7110	34182	39,53	10,25	49,28
Parque Columbia	9202	3519	1367	4243	38,24	14,86	46,11
Maré	129770	48795	15181	64511	37,60	11,70	49,71
Paciência	94626	31650	14376	47687	33,45	15,19	50,40
Complexo do Alemão	69143	22993	11930	33600	33,25	17,25	48,59
Jacarezinho	37839	12435	8663	16241	32,86	22,89	42,92

(conclusão)

⁵ Os dados do Censo de 2010 não trazem informações acerca da população da Vila Kenedy, à época um sub-bairro de Bangu, bairro localizado na Zona Oeste da cidade, próximo a Senador Camará e Santíssimo, construído às margens da Av. Brasil, importante via de ligação entre Santa Cruz e o Centro do Rio de Janeiro.

Bairro	Total	Branca	Preta	Parda	% branca	% preta	% parda
Costa Barros	28442	8315	5264	14508	29,23	18,51	51,01
Cidade de Deus	36515	9642	8887	17454	26,41	24,34	47,80

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Cumprе ressaltar ainda que, nos bairros com taxa de letalidade acima de 25,01%, a variação entre as populações branca, preta e parda fora menor do que aquela encontrada naqueles com menores taxas de letalidade. Nestes bairros, o maior percentual de população branca ficara com Higienópolis, com pouco mais de 60%. Por sua vez, na Barra da Tijuca, em Botafogo e no Leblon, que tiveram taxas de letalidade de 9,13%, 8,98% e 9,91%, respectivamente, a população branca compunha a maioria esmagadora, passando dos 79% dos habitantes desses territórios.

Quando se toma o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), elaborado pela prefeitura do Rio para os bairros da cidade, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, é possível perceber que aspectos relacionados tanto aos domicílios, no tocante a questões de saneamento básico, quanto às pessoas que os habitam, especialmente no tocante à renda, podem apresentar relação com maior ou menor letalidade por Covid-19.

A cidade do Rio de Janeiro apresentara um IDS de 0,609. No entanto, diferenças socioeconômicas entre os bairros da cidade conferiram índices deveras distintos aos diversos territórios. Especificamente em relação aos bairros mais diretamente abordados neste trabalho, em razão dos números de casos confirmados e/ou taxas de letalidade por Covid-19, ressalta-se que as taxas de letalidade mais baixas (menores que 10%) foram obtidas em bairros com IDS mais altos como Leblon, Barra da Tijuca e Botafogo.

Já Copacabana, Tijuca e Vila Isabel, que tiveram taxas de letalidade entre 13,12% e 14,04%, apresentaram IDS acima daquele conferido ao município de forma geral. Não obstante, nos territórios em que as taxas de letalidade se apresentaram de forma mais elevada, os IDS estiveram abaixo daquele atribuído à cidade.

Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Social (IDS), e alguns de seus indicadores,⁶ dos bairros do Rio de Janeiro que registraram mais de 500 casos de Covid-19 e/ou apresentaram taxas de letalidade superiores a 25,01%, entre março e maio de 2020

Bairro	IDS	% de domicílios com serviço de abastecimento de água adequado	% de domicílios com serviço de esgoto adequado	% dos domicílios com rendimento domiciliar per capita até um salário mínimo	% dos domicílios com rendimento domiciliar per capita superior a 5 salários mínimos
Leblon	0,780	99,99	99,87	11,37	64,74
Barra da Tijuca	0,770	99,19	88,67	9,15	64,45
Botafogo	0,733	99,83	99,48	12,01	48,39
Copacabana	0,731	99,92	99,88	12,38	47,83
Tijuca	0,706	98,38	97,70	15,55	37,52
Vila Isabel	0,667	99,83	99,43	24,98	25,45
Recreio dos Bandeirantes	0,659	92,76	76,22	24,26	34,88
Higienópolis	0,627	99,91	98,71	29,07	7,08
Taquara	0,612	99,33	86,80	33,30	9,74

⁶ O IDS é constituído, ainda, por outros indicadores como percentual de domicílios com coleta de lixo adequado, número de banheiros por moradores e percentual de analfabetismo dos habitantes de 10 a 14 anos e rendimento domiciliar per capita em salários mínimos.

Cacua	0,60 2	98,38	95,25	39,69	5,76
Bancários	0,60 0	97,31	98,46	44,81	5,31
Vasco da Gama	0,59 3	99,66	99,21	48,55	4,19
Pilares	0,59 3	99,76	96,98	46,13	3,30
Pitangueiras	0,58 9	99,80	99,44	53,51	5,31
Catumbi	0,58 0	99,50	97,00	51,72	3,10
Realengo	0,57 4	99,24	90,91	52,54	3,03
Coelho Neto	0,57 3	98,27	94,99	53,95	1,86
Campo Grande	0,57 2	98,39	81,01	48,12	4,70
Bangu	0,57 0	99,16	92,84	56,06	2,36
Pedra de Guaratiba	0,55 9	79,80	84,62	45,74	4,65
Cidade de Deus	0,55 9	99,56	97,05	64,03	0,84
Jacarepaguá	0,55 4	95,68	78,43	51,18	6,73
Parque Colúmbia	0,54 9	99,01	82,83	60,38	1,23
Maré	0,54 7	99,86	96,64	70,47	0,33
Paciência	0,53 6	99,13	82,42	67,66	0,92
Costa Barros	0,53 5	99,31	92,35	75,72	0,29
Jacarezinho	0,53 4	98,60	96,78	77,70	0,26

Rocinha	0,53 3	98,69	85,43	68,29	0,32
Complexo do Alemão	0,53 2	99,69	95,21	75,12	0,20
Santa Cruz	0,52 7	98,55	75,94	67,82	1,40

Fonte: Data Rio. Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo as Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - Município do Rio de Janeiro, 2010.

Os dados apresentados demonstram a demarcação de diferentes territórios cariocas. Territórios que se distinguem uns dos outros não apenas por fronteiras ou delimitações administrativas estabelecidas pelo poder público, mas também por aspectos estruturais que, em um contexto pandêmico, puderam determinar maior ou menor chance de viver ou morrer na cidade. Os mecanismos de poder históricos e estruturais, como as opressões de raça e classe facilmente observadas no Rio de Janeiro, que se tornaram hegemônicos ao longo dos anos, não ganharam essa força de uma hora pra outra; são resultados de afrontamentos de várias relações de poder que já existiam e continuam a produzir desigualdades.

Em inúmeros dos territórios marcados pela ausência do poder do Estado (senão para ações violentas), as taxas de letalidade apresentaram-se muito elevadas mesmo que, muitas vezes, não tenham manifestado grande número de casos confirmados de Covid-19. Aspectos econômicos e sociais de diferenciação e segregação da população e dos territórios certamente contribuíram para que determinados habitantes tivessem mais oportunidades de viver ou morrer a partir do momento em que contraíram a doença. Em áreas de maior vulnerabilidade social, como as favelas, iniciativas alheias ao Estado tentaram mitigar o contágio entre os moradores e, por conseguinte, diminuir as mortes.⁷

⁷ Em abril, pesquisadores da UFRJ e da Fiocruz uniram-se a moradores das favelas cariocas na elaboração de um Plano de Ação para conter a Covid-19 nesses territórios. A iniciativa previa medidas desde a prevenção até a contenção do vírus, além de ações de assistência social aos moradores. O plano completo pode ser visto em: <http://www.cfch.ufrj.br/images/PlanodeAcao_COVID19%20e%20FAVELAS%20RJ>. Acesso em 13 Jul. 2020. As iniciativas empreendidas nas favelas pelos moradores podem ser encontradas em: <<https://docs.google.com/document/d/1YwZv3O8HdVa01B1jQxBdYsRFZx8iuYFzIOW2a0Sb8Bw/edit>>. Acesso em 13 Jul. 2020.

Não obstante, torna-se de suma importância evidenciar as disparidades experienciadas em relação à doença nos diferentes bairros do Rio de Janeiro. Considerar a cidade como um espaço homogêneo, ignorando as especificidades locais dos diferentes territórios, possivelmente contribuiu para que a disseminação e a contaminação pela Covid-19 ocorressem de modo a amplificar as mortes daqueles e daquelas em condições mais vulneráveis. Uma análise que atentasse para a dinâmica territorial da cidade, no âmbito das políticas públicas de combate à doença, talvez pudesse ter minimizado tal aspecto letal. Assim, a importância da compreensão dos espaços – e dos territórios – como parte estruturante e ativa da realidade social se faz indispensável.

Considerações finais

O mundo atualmente experimenta novas configurações e arranjos decorrentes da pandemia da Covid-19. Novas formas de viver e de se relacionar foram incorporadas ao cotidiano das populações ao redor do globo. Nos primeiros momentos, quando pouco se sabia sobre o SARS-Cov-2, medidas como isolamento e distanciamento social foram imprescindíveis para controlar o contágio. No Brasil, de forma geral, tais medidas foram cercadas por disputas e embates, em uma falsa oposição entre saúde e economia.

No âmbito do governo federal, a falta de coordenação nacional para as ações de enfrentamento à pandemia ficou flagrante. As sucessivas trocas no posto mais alto do Ministério da Saúde, em meio ao caos e ao pavor que os brasileiros e brasileiras vivenciavam, conferiram mais insegurança à população. Do chefe do Executivo federal, ouviam-se declarações contrárias ao isolamento, ao uso de máscaras e às vacinas quando, a partir do segundo semestre de 2020, grandes farmacêuticas mundiais aceleravam suas pesquisas para conseguir imunizar o maior número possível de pessoas.

As ações e, sobretudo, as omissões do governo federal em relação ao combate à pandemia da Covid-19 se tornaram alvo de investigação criminal. Em abril de 2021, fora criada no âmbito do Senado Federal uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar eventuais crimes cometidos por agentes públicos. Desde a disseminação falsa

de notícias sobre medicações sem eficácia comprovada até descasos em relação à compra de vacinas e casos de corrupção estão sendo investigados.

De março de 2020, quando ocorrera a primeira morte pela doença no país, até o final de setembro de 2021, foram contabilizados mais de 596 mil óbitos pela doença. Os números vêm diminuindo graças à vacinação, que avança pelas diferentes regiões do país – a bem da verdade, com passos mais lentos e tendo iniciado mais tarde do que deveria e poderia ter sido. No município do Rio de Janeiro, houve 215. 821 casos confirmados e 19. 064 mortes apenas entre março e dezembro de 2020. Em 2021, o Painel Rio Covid contabilizou 265. 828 casos e 15. 052 óbitos até 04 de outubro.

Especificamente em relação recorte temporal analisado neste artigo – março a maio de 2020 –, quando as medidas de isolamento social estiveram majoritariamente vigentes na cidade, pode-se refletir: o que se modificou quando o acesso às ruas foi restringido? Sobre quais indivíduos o Estado, o poder público, no contexto da pandemia, exerceu controle e quais foram os corpos invisíveis, não atingidos pelas decisões estatais?

Em um ambiente capitalista, a territorialidade é transitória e está expressa no dia a dia, funcionando como contenção física: por onde se é permitido transitar (SACK, 2011). Em um cenário em que era determinação governamental ficar em casa, a quais corpos fora permitido transitar nas ruas?

Embora os dados para o período analisado não permitam estabelecer taxativamente que, na cidade do Rio de Janeiro, o maior número de vítimas fatais da Covid-19 se deu entre pretos e pardos, pertencentes a grupos sociais economicamente vulneráveis, a dinâmica de manifestação da doença e das mortes permite tal inferência.

De forma breve, poder-se-ia responder aos questionamentos apresentados nos parágrafos anteriores da seguinte forma: nos bairros em que as taxas de letalidade foram maiores, os indicadores de desenvolvimento social, que obviamente contemplam aspectos econômicos, eram mais baixos e a maior parte da população era formada por indivíduos pretos e pardos. Por sua vez, naqueles bairros em que as taxas de letalidade foram mais baixas, a despeito de os números de casos se apresentarem em maior

quantidade, os indicadores de desenvolvimento social eram mais altos e a maior parte da população residente era de pessoas brancas.

No limite, a territorialidade estabelecida pela letalidade da Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro não se manifestou de forma similar nos diferentes territórios. Isso, supõe-se, tem a ver com alguns aspectos há muito conhecidos: os mais vulneráveis social e economicamente se mantiveram assim no contexto da pandemia – e ainda mais, possivelmente, depois dela.⁸ A casa foi invadida pelo domínio da rua para alguns pela primeira vez, com as determinações estatais para cumprir o isolamento social; mas, para tantos outros, ela sempre foi e continua sendo arremetida pelo Estado em diferentes frentes. Talvez a única em que não fora possível para tais indivíduos diga respeito exatamente às determinações sobre cumprir isolamento social.

Não por acaso, em meio à pandemia, o Supremo Tribunal Federal proibiu operações policiais nas favelas do estado do Rio de Janeiro.⁹ É emblemático que, em meio ao caos, ao medo e às mortes pela doença, a única forma de o poder público se fazer presente em determinados territórios ainda fosse pela brutalidade das ações policiais. Ainda no mês de maio de 2020, um jovem de 18 anos, João Vitor Gomes da Rocha, foi baleado e morreu em uma operação das polícias militar e civil na Cidade de Deus, enquanto voluntários faziam doações de cestas básicas para a população.¹⁰

Pouco menos de um ano depois, em 06 de maio de 2021, uma ação da polícia civil no Jacarezinho, zona norte da cidade, deixou 28 mortos.¹¹ Ressalta-se que a determinação do Supremo contra operações policiais em virtude da pandemia ainda estava vigente.

⁸ Estudos vêm demonstrando, por exemplo, que as implicações da pandemia sobre o mercado de trabalho se fizeram sentir mais duramente sobre pessoas pretas e com menos escolaridade. A título de exemplo, cita-se: “Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?”, de Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa et al (2020); “Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia”, do DIEESE (2020).

⁹ Sobre o assunto, ver: “STF proíbe operações policiais em favelas do Rio durante pandemia”. Disponível em: <<https://radioagencianacional.ebc.com.br/justica/audio/2020-06/stf-proibe-operacoes-policiais-em-favelas-do-rio-durante-pandemia>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

¹⁰ “Jovem é morto durante entrega de cestas básicas no RJ; vizinhos criticam PM”. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/21/entrega-de-cestas-basicas-e-interrompida-por-tiroteio-no-rj-jovem-morre.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

¹¹ “Operação no Jacarezinho completa um mês neste domingo (6)”. Disponível em: <[Operação no Jacarezinho completa um mês neste domingo \(6\) | CNN Brasil](https://www.cnnbrasil.com.br/operacao-no-jacarezinho-completa-um-mes-neste-domingo-6/)>. Acesso em: 05 out. 2021.

Mas as determinações legais e judiciais parecem não impor limites para ações violentas nas comunidades periféricas da cidade.

Para alguns, portanto, o espaço da casa insiste em ser, reiteradas vezes, vilipendiado por aquele da rua, do Estado. Não obstante, ainda assim, no contexto pandêmico de 2020 e de 2021, inúmeros desses indivíduos, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, não puderam manter sua esfera de ação restrita ao domínio da casa. A esses, para lograr o sustento, tantas e tantas vezes, a rua ainda era consentida, permitida, necessária. Invisíveis à face protetora do poder público, que invadia as casas das classes média e alta com determinações de distanciamento e isolamento.

Em um livro belíssimo sobre a composição da cidade, suas gentes, suas ruas e suas almas, Luiz Antônio Simas (2019, p. 12) afirma que “[...] pensar o Rio é atentar para a relação, aparentemente paradoxal, entre as elites cariocas, o poder público e os pobres da cidade”. As ruas podem assumir esse local do povo, mas também esse lugar que está sempre em disputa. Elas se constituem como o espaço onde as divergências podem ser sentidas, vistas e vividas - uma vez que as instituições ocupam materialmente seus locais na rua e as moldam ao exercer seus poderes. A rua é o palco e, ao mesmo tempo, o símbolo do povo.

Para Simas (2019, p. 12), o povo, os pobres, os trabalhadores urbanos braçais que integram os grupos sociais mais vulneráveis, aqueles que em diferentes momentos foram designados como membros das “classes perigosas” – e muitas vezes ainda o são, basta pensar no quanto o senso comum permanece impregnado da ideia preconceituosa de que nas favelas, por exemplo, só há criminosos –, são operários, empregadas domésticas, seguranças, porteiros, soldados, policiais,¹² feirantes, jornaleiros, mecânicos, coveiros, floristas, caçadores de ratos. Toda uma classe de trabalhadores pouco valorizada, mal remunerada e exposta a condições de trabalho muitas vezes insalubres – em que se pode adicionar agora entregadores e motoristas de

¹² Há tempos a similaridade entre os membros das forças de repressão e os alvos dessas ações chama a atenção daqueles e daquelas que se interessam pelo tema. Nos dias atuais, torna-se cada vez mais interessante tentar compreender as relações de poder, materiais e simbólicas, que são responsáveis por inúmeros homens e mulheres à frente das ações policiais identificarem no “outro” o perigo e o inimigo, quando essa alteridade muitas vezes se constrói a partir da negação de grandes semelhanças.

aplicativos, garis, carteiros – que se manteve em meio à pandemia nas ruas (junto dos profissionais de saúde).

No limite, para inúmeros indivíduos, habitantes da cidade, moradores de territórios vulneráveis socioeconomicamente, o espaço vivido – a lida cotidiana, o trabalho, a movimentação pelas ruas – subvertera o espaço concebido – que, no contexto pandêmico, restringia ao domínio da casa, por determinação do Estado, a esfera de ação desses seres. Resistir ao vírus e à doença, mas também, e sobretudo, à fome e às dificuldades.

Em uma sociedade desigual, certamente seria ingênuo supor que os efeitos da Covid-19 poderiam se dar de forma equânime. O risco e o medo são compartilhados, decerto, pela maioria dos habitantes da cidade, do estado, do país, do mundo. Sem embargo, parece ser possível estabelecer que a dinâmica da doença na cidade do Rio se manifestou de forma deveras díspar entre os territórios e suas populações.

Referências

- ALBUQUERQUE, J. A. G. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social*, 7 (1-2), p. 105-110, 1995.
- ALVES, G. A. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. *Geosp – Espaço e tempo*, v. 23, n. 3, p. 551-563, 2019.
- BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda *et al.* Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes? *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, ano 26, n. 69, 2020.
- CATAIA, M. A. Território político: fundamento e fundação do Estado. *Sociedade & Natureza*, v. 23, n. 11, p. 115-125, 2011.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DEMENECH, Lauro Miranda *et al.* Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 23, p. 1-12, 2020.
- DIEESE. *Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2020.

- GARCIA, Maria Lucia T. *et al.* The COVID-19 pandemic, emergency aid and social work in Brazil. *Qualitative Social Work*, v. 20, issue 1-2, p. 356-365, 2021.
- IBGE. *Aglomerados subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Segundo trimestre de 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- HAESBAERT, R. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- LEFEVBRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LORENZ, Camila *et al.* Examining socio-economic factors to understand the hospital case fatality rates of COVID-19 in the city of São Paulo, Brazil, *Transactions of The Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, 2021.
- NOIS. *Nota técnica 11: Análise socioeconômica da taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkkklvkydO/view?usp=sharing>. Acesso em: 07 Jul. 2020.
- RIBEIRO, Karina Braga *et al.* Social inequalities and COVID-19 mortality in the city of São Paulo, Brazil. *International Journal of Epidemiology*, v.50, issue 3, p. 732-742, 2021.
- SACK, R. D. *O significado de territorialidade*. In: DIAS, L.; FERRARI, M. (orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011, p. 63-89.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006 [1996].
- SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. *Território*, ano 5, n. 9, p. 103-109, 2000.
- SIMAS, Luiz Antônio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Data de Submissão: 27/09/2020

Data da Avaliação: 05/10/2021